

Lei nº 788/2018, de 23 de maio de 2018.

Dispõe sobre alteração e nova redação da Lei nº 729, de 22.04.2015, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeita Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, adequando a redação da Lei nº 729, de 22 de abril de 2015.

Parágrafo Único – O CMMA é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA compete:

I – formular as diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II – propor normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação a que se refere o item anterior;

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;

IV – obter e repassar informações de subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e a comunidade em geral;

V – atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município;

VI – subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988;



VII – solicitar aos órgão competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do município na área ambiental;

VIII – propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX – opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possa interferir na qualidade ambiental do município;

X – apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;

XI – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XII – opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XIII – acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XIV – receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo a Prefeita Municipal as providências cabíveis;

XV – acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

XVI – opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;

XVII – opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;



XVII – orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;

XVIII – deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XIX – propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XX – responder a consulta sobre a matéria de sua competência;

XXI – decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

Art. 3º - O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela Prefeitura, através do órgão executivo municipal de meio ambiente ou órgão a que o CMMA estiver vinculado.

Art. 4º - O CMMA de Araguapaz, era composto por dez (10) membros titulares, e de igual número de suplentes, com representação paritária entre representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, conforme disposição seguintes:

I – Representantes do Poder Público com Suplentes:

- a) Um representante indicado pela Secretaria do Meio Ambiente;
- b) Um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Um representante indicado pela Saneago;
- d) Um representante indicado pelo escritório local da Agrodefesa/Emater – GO;
- e) Um representante indicado pelas Escolas Estaduais.

II – Representante da Sociedade Civil e Suplentes:

- a) Um representante indicado pelo Sindicato dos Produtores Rurais;
- b) Um representante indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais;



- c) Um representante de Cooperativa/Associação de Agricultura Familiar;
- d) Um representante de entidade privada de interesse público, sem fins lucrativos;
- e) Um representante de profissionais da área ambiental residente no Município.

Art. 5º - Os representantes da sociedade civil organizadas serão escolhidos em audiência pública coordenada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Art. 6º - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.

Art. 7º - A função dos membros do CMMA é considerada serviço de relevante valor social.

Art. 8º - As sessões do CMMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.

Art. 9º - O mandato dos membros do CMMA é de dois anos, permitida uma recondução, por uma vez consecutiva.

Art. 10º - Os órgãos ou entidades mencionados no art. 4º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do CMMA.

Art. 11 – O não comparecimento a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante 12 (doze) meses, implica na exclusão do CMMA.

Art. 12 – O CMMA poderá instituir se necessário, em seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 13 – No prazo máximo de sessenta dias após a sua instalação, o CMMA elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto do Prefeito Municipal também no prazo de sessenta dias.

Art. 14 – O CMMA emitirá resoluções após suas deliberações, especialmente quando apreciar as contas de Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente, deliberar sobre ajustamento de conduta ambiental e regulamentação de manejos ambientais e compensações.



Art. 15 – A instalação do CMMA e a composição dos seus membros ocorrerá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 16 – As despesas com a execução da presente Lei correrão pelas verbas próprias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, revogando-se em especial a Lei nº 729, de 22.04.2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Araguapaz-GO, 23 de maio de 2018.



Márcia Bernardino de Souza Rezende
Prefeita Municipal



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Autografo de Lei nº 11/2018, de 21 de Maio de 2018.

Dispõe sobre alteração e nova redação da Lei nº 729, de 22.04.2015, e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprova e eu, Prefeita Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, adequando a redação da Lei nº 729, de 22 de abril de 2015.

Parágrafo Único – O CMMA é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA compete:

I – formular as diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II – propor normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação a que se refere o item anterior;

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;

IV – obter e repassar informações de subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e a comunidade em geral;



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

V – atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município;

VI – subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988;

VII – solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do município na área ambiental;

VIII – propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX – opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possa interferir na qualidade ambiental do município;

X – apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;

XI – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XII – opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XIII – acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XIV – receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo a Prefeita Municipal as providências cabíveis;



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAIA

XV – acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

XVI – opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;

XVII – opinar quando solicitado sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

XVIII – orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;

XIX – deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XX – propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XXI – responder a consulta sobre a matéria de sua competência;

XXII – decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

Art. 3º - O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado diretamente pela Prefeitura, através do órgão executivo municipal de meio ambiente ou órgão a que o CMMA estiver vinculado.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Art. 4º - O CMMA de Araguapaz, era composto por dez (10) membros titulares, e de igual número de suplentes, com representação paritária entre representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada, conforme disposição seguintes:

I – Representantes do Poder Público com Suplentes:

- a) Um representante indicado pela Secretaria do Meio Ambiente;
- b) Um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Um representante indicado pela Saneago;
- d) Um representante indicado pelo escritório local da Agrodefesa/Emater – GO;
- e) Um representante indicado pelas Escolas Estaduais.

II – Representante da Sociedade Civil e Suplentes:

- a) Um representante indicado pelo Sindicato dos Produtores Rurais;
- b) Um representante indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- c) Um representante de Cooperativa/Associação de Agricultura Familiar;
- d) Um representante de entidade privada de interesse público, sem fins lucrativos;
- e) Um representante de profissionais da área ambiental residente no Município.

Art. 5º - Os representantes da sociedade civil organizadas serão escolhidos em audiência pública coordenada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Art. 6º - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.

Art. 7º - A função dos membros do CMMA é considerada serviço de relevante valor social.

Art. 8º - As sessões do CMMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Art. 9º - O mandato dos membros do CMMA é de dois anos, permitida uma recondução, por uma vez consecutiva.

Paragrafo Único – O eexercício do mandato de membro do conselho é considerado de relevante interesse público e não é remunerado.

Art. 10º - Os órgãos ou entidades mencionados no art. 4º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do CMMA.

Art. 11 – O não comparecimento a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante 12 (doze) meses, implica na exclusão do CMMA.

Art. 12 – O CMMA poderá instituir se necessário, em seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 13 – No prazo máximo de sessenta dias após a sua instalação, o CMMA elaborará o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por decreto do Prefeito Municipal também no prazo de sessenta dias.

Art. 14 – O CMMA emitirá resoluções após suas deliberações, especialmente quando apreciar as contas de Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente, deliberar sobre ajustamento de conduta ambiental e regulamentação de manejos ambientais e compensações.

Art. 15 – A instalação do CMMA e a composição dos seus membros ocorrerá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 16 – As despesas com a execução da presente Lei correrão pelas verbas próprias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, revogando-se em especial a Lei nº 729, de 22.04.2015.



ESTADO DE GOIÁS

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Araguapaz-GO, 21 de maio
de 2018.

Célio Ferreira Nunes
Presidente

Egnaldo José de Carvalho
1º Secretário

Frederico Antônio Monteiro
2º Secretário



ESTADO DE GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

EMENDA ADITIVA Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 14/2018.


O Vereador ADEMIR FERREIRA RODRIGUES, com assento nesta egrégia Casa Legislativa, amparado no Regimento Interno da Câmara Municipal de Araguapaz e na lei Orgânica deste Município, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei n.º 14/2018, que *"Dispõe sobre alteração e nova redação da Lei n.º 729, de 22.04.2015, e dá outras providências."*:

Adicione-se ao art. 9º do Projeto de Lei n.º 14/2018 o Parágrafo Único com a seguinte redação:

Art. 9º – (...)

Parágrafo Único. O exercício do mandato de membro do conselho é considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

Plenário da Câmara Municipal, 16 de maio de 2018.


ADEMIR FERREIRA RODRIGUES
Vereador